

## **“DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA”: NACIONALISMO CONSERVADOR E A OFENSIVA ANTIGÊNERO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Eulália Vitória Dantas de Souza <sup>1</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A ascensão contemporânea das direitas radicais tem mobilizado discursos morais e religiosos em escala global, acionando a retórica de defesa da “família tradicional” e a denúncia da chamada “ideologia de gênero” como eixos de reconfiguração das disputas democráticas. Esse fenômeno, que Corrêa (2018) denomina de cruzada antigênero, articula setores católicos e evangélicos em coalizões transnacionais que se consolidaram a partir das conferências internacionais da ONU nos anos 1990. No Brasil, essa ofensiva encontrou terreno fértil na expansão do neopentecostalismo e no populismo de extrema-direita, conformando um nacionalismo conservador sintetizado no lema “Deus, Pátria e Família”.

É importante destacar que essa expressão não é neutra nem recente: trata-se de uma palavra de ordem de origem fascista, mobilizada pela Ação Integralista Brasileira (AIB) nos anos 1930, inspirada nos regimes autoritários europeus. Como observa Trindade (2020), o lema integralista condensava uma concepção nacionalista, católica e anticomunista, baseada na obediência hierárquica e na disciplina moral. Sua reatualização no presente, especialmente no bolsonarismo, revela a continuidade histórica de projetos políticos autoritários que se valem da tríade para articular religião, nacionalismo e exclusão social. Assim, a expressão funciona como um significante carregado, que conecta práticas autoritárias do passado às estratégias contemporâneas de erosão democrática.

Como destacam Biroli, Machado e Vaggione (2020), as cruzadas antigênero visam restaurar uma temporalidade política regressiva, ao naturalizar categorias como sexo e gênero e impor a família heterossexual como núcleo da nação. Nesse contexto, o neopentecostalismo exerce papel central: ao mesmo tempo em que disciplina corpos e condutas em nível micro,

---

<sup>1</sup> Pesquisadora, Feminista e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern). E-mail de contato: [eulaliavitoria@alu.uern.br](mailto:eulaliavitoria@alu.uern.br)

atua politicamente em bancadas parlamentares, mídias e políticas públicas, reforçando valores conservadores e moralizações punitivas (Mariano, 2004; Løland, 2021).

A presente pesquisa parte do pressuposto de que o lema “Deus, Pátria e Família” opera como significante mestre do nacionalismo conservador brasileiro, articulando religião, neoliberalismo e conservadorismo de gênero em uma gramática de governo que redefine a cidadania e fragiliza a democracia. O objetivo central é analisar como tal lema mobiliza imaginários religiosos e políticos para legitimar políticas antigênero no Brasil contemporâneo. Como objetivos específicos, busca-se: compreender a genealogia latino-americana da cruzada antigênero; examinar o papel do neopentecostalismo e das igrejas midiáticas na produção de imaginários nacionais familistas; e discutir as implicações desse processo para a igualdade, a democracia e os direitos sexuais e reprodutivos.

Metodologicamente, o estudo ancora-se na articulação entre materialismo histórico-dialético e epistemologia feminista. O primeiro possibilita compreender a ofensiva antigênero como parte da dinâmica estrutural do capitalismo neoliberal e da erosão democrática (Martins, 2022). O segundo, inspirado em autoras como Butler (2018), permite evidenciar que o gênero é uma construção performativa e politicamente situada, em oposição à naturalização das diferenças sexuais como fundamento da ordem social.

As discussões evidenciam que a ofensiva antigênero não é apenas uma reação cultural, mas uma estratégia política de poder. Ao transformar “família” e “natureza” em fundamentos de cidadania, a cruzada antigênero restringe o escopo da democracia e exclui corpos e sujeitos não conformes à cisheteronormatividade. Como apontam Paula e Vital (2023), o fortalecimento da extrema-direita religiosa no Brasil não pode ser entendido sem a capilaridade das igrejas, de suas mídias e de suas lideranças, que configuram uma verdadeira economia moral no espaço público.

Entende-se, portanto, que compreender o lema “Deus, Pátria e Família” como categoria de análise permite evidenciar a convergência entre religião, neoliberalismo e nacionalismo conservador, revelando o papel central da ofensiva antigênero na produção de novas fronteiras de cidadania. Ao mesmo tempo, reafirma-se a urgência de pesquisas críticas que desestabilizem a naturalização das categorias de gênero e fortaleçam estratégias de resistência feministas e democráticas.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

A pesquisa orienta-se pela articulação entre o materialismo histórico-dialético e a epistemologia feminista como referenciais teórico-metodológicos. O primeiro permite analisar a ofensiva antigênero como fenômeno situado historicamente no marco das transformações do capitalismo e da erosão democrática, destacando as articulações entre neoliberalismo, religião e conservadorismo moral (Martins, 2022). A segunda possibilita problematizar a naturalização das categorias de sexo e gênero, evidenciando sua constituição discursiva e performativa (Butler, 2018), além de apontar a centralidade da crítica situada na produção de conhecimento.

Como caminhos metodológicos, optou-se pela revisão bibliográfica crítica e pela análise documental. Foram selecionadas obras de referência no campo dos estudos de gênero e religião (Corrêa, 2018; Biroli, 2019; Biroli; Machado; Vaggione, 2020; Mariano, 2004; Teixeira, 2018; Butler, 2018; Paula; Vital, 2023), bem como relatórios institucionais e artigos acadêmicos que abordam a expansão do neopentecostalismo, o avanço da extrema-direita e a genealogia das políticas antigênero na América Latina.

Como técnica, empregou-se a análise categorial temática, identificando os principais eixos discursivos presentes nas obras e documentos — em especial: ideologia de gênero e sua circulação transnacional; nacionalismo conservador e imaginários familistas; papel das igrejas neopentecostais na política; e intersecções entre neoliberalismo e moralismo religioso.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise realizada permitiu compreender a trajetória da cruzada antigênero no Brasil em três dimensões interconectadas, em consonância com os objetivos traçados. Em primeiro lugar, no que diz respeito à genealogia latino-americana da cruzada antigênero, verificou-se que seu ponto de inflexão remonta às disputas em torno do conceito de gênero nas conferências da ONU dos anos 1990, em particular Cairo (1994) e Pequim (1995).

Como observa Corrêa (2018, p. 15), foi nesse contexto que atores católicos e evangélicos passaram a atuar em convergência, ressignificando o gênero como uma “ideologia” a ser combatida, operando um deslocamento discursivo que, nas décadas seguintes, se consolidaria como uma das principais estratégias políticas das direitas no continente. Essa coalizão, ainda segundo Biroli, Machado e Vaggione (2020), expressa o que se pode denominar neoconservadorismo de gênero, fenômeno que não se limita à resistência cultural, mas que, ao instaurar novas temporalidades políticas, constitui uma plataforma ativa de erosão democrática.

Em segundo lugar, ao examinar o papel do neopentecostalismo e das igrejas midiáticas na produção de imaginários familistas, observou-se que a expansão dessas denominações no Brasil, sobretudo a partir da Igreja Universal do Reino de Deus, não se deu apenas em termos religiosos, mas também políticos e midiáticos. Mariano (2004) aponta que a IURD consolidou um modelo de atuação que articula templos, redes de televisão e representação parlamentar, constituindo-se como ator central na disputa pelos sentidos legítimos da nação. Essa presença intensificada na esfera pública contribuiu para a difusão de imaginários familistas e nacionalistas que legitimam a naturalização da família heterossexual como núcleo de identidade nacional.

Como explica Løland (2021, p. 52), a chamada Nova Direita Cristã mobiliza um tripé composto por sobrenaturalismo neoliberal, dualismo apocalíptico e moralismo conservador, no qual prosperidade individual e disciplina moral se combinam com a produção de fronteiras sociais excludentes. Dentro desse processo, a participação das mulheres no neopentecostalismo aparece como elemento ambivalente: ainda que representem a maioria entre os fiéis e assumam protagonismo no cotidiano das comunidades, seu acesso a posições de liderança é restringido por estruturas patriarcais. Tal contradição, como observa Gabatz (2016), reforça a lógica familista que legitima o protagonismo cotidiano das mulheres ao mesmo tempo em que reinscreve sua subordinação estrutural.

Ademais, ao discutir as implicações desse processo para a igualdade, a democracia e os direitos sexuais e reprodutivos, verificou-se que a ofensiva antigênero produziu impactos concretos na formulação de políticas públicas, sobretudo durante os governos Temer e Bolsonaro. De acordo com Peixoto, Salvador e Bianchetti (2023), houve expressivo desfinanciamento das políticas voltadas aos direitos da cidadania: entre 2016 e 2019, os recursos destinados à função “Direitos da Cidadania” foram reduzidos em 57,44%, afetando diretamente programas de promoção da igualdade de gênero e enfrentamento à violência contra as mulheres.

Além do desfinanciamento, medidas normativas reforçaram a ofensiva moral, como a Portaria nº 2.282/2020, que impôs barreiras adicionais ao aborto legal, e o Decreto nº 10.531/2020, que incluiu a defesa da vida “desde a concepção” como diretriz governamental. Essas ações, inspiradas por um horizonte religioso e conservador, representaram um retrocesso significativo nos direitos sexuais e reprodutivos, demonstrando que o Estado passou a agir não apenas de forma omissa, mas como agente ativo da restrição de direitos.

Dessa forma, ao reunir genealogia, ação neopentecostal midiática e implicações concretas, pode-se afirmar que a cruzada antigênero no Brasil não constitui apenas uma

reação cultural, mas uma estratégia de poder que redefine a democracia em termos excludentes, deslocando o princípio universal da igualdade para uma lógica moralizante e familista. Tal constatação confirma a centralidade do lema “Deus, Pátria e Família” como operador político que sintetiza religião, nacionalismo e neoliberalismo, sustentando um projeto de regressão democrática que se inscreve na vida social, política e institucional do país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste trabalho permitiu demonstrar que o lema “Deus, Pátria e Família” não se restringe a uma palavra de ordem de cunho simbólico, mas constitui um operador político e moral que articula religião, nacionalismo e conservadorismo no Brasil contemporâneo. A partir da revisão bibliográfica e documental, verificou-se que a ofensiva antigênero deve ser compreendida como tecnologia de governo (Biroli; Machado; Vaggione, 2020), capaz de redefinir fronteiras de cidadania, fragilizar a democracia e naturalizar hierarquias de gênero e sexualidade.

Entre os resultados mais significativos, destaca-se: a genealogia latino-americana da cruzada antigênero, inscrita em coalizões transnacionais desde os anos 1990 (Corrêa, 2018); a expansão do neopentecostalismo como ator político central, com forte inserção midiática e institucional (Mariano, 2004); o protagonismo tensionado das mulheres nas igrejas, simultaneamente visibilizadas e subordinadas (Gabatz, 2016); e a convergência entre neoliberalismo e moralismo religioso na consolidação da extrema-direita (Løland, 2021).

No plano da comunidade científica, esta investigação contribui para ampliar a compreensão das interseções entre religião, política e gênero, apontando como a cruzada antigênero deve ser analisada não apenas como reação cultural, mas como estratégia política de poder. Tais resultados podem servir de subsídio para pesquisas futuras no campo da ciência política, da sociologia da religião e dos estudos de gênero, sobretudo em análises comparativas latino-americanas.

Abrem-se, ainda, perspectivas para novas pesquisas empíricas que investiguem: o papel das mídias religiosas digitais na difusão da retórica antigênero; a atuação política das mulheres neopentecostais em posições de liderança; e as formas de resistência feminista e LGBTQIAPN+ frente ao avanço da extrema-direita. Essas agendas de pesquisa podem aprofundar o diálogo entre epistemologia feminista e materialismo histórico-dialético,

oferecendo instrumentos para compreender como discursos religiosos e nacionalistas continuam a moldar imaginários políticos e práticas de exclusão.

Reafirma-se, assim, a importância de compreender o lema “Deus, Pátria e Família” como categoria de análise que não apenas contribui para os estudos sobre conservadorismo e democracia, mas também reforça a necessidade de estratégias acadêmicas e políticas de resistência. Somente a partir da desnaturalização de categorias como sexo, gênero e família, será possível reconstruir formas de cidadania inclusiva e enfrentar os desafios impostos pela ofensiva antigênero no Brasil e na América Latina.

**Palavras Chaves:** Nacionalismo conservador; Políticas antigênero; Neopentecostalismo.

## REFERÊNCIAS

BIROLI, F. A reação contra o gênero e a democracia. *Nueva Sociedad*, n. esp., p. 76-89, 2019.

BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. Gênero, neoconservadorismo e democracia. São Paulo: Boitempo, 2020.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CORRÊA, S. Políticas de gênero e políticas antigênero: um panorama. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS – ABIA, 2018.

CORRÊA, S.; KALIL, I. Políticas antigênero na América Latina. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS – ABIA, 2021.

GABATZ, C. As mulheres nas igrejas neopentecostais: a busca pelo protagonismo em meio a tradições hegemônicas. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 95-103, 2016.

LØLAND, O. J. As condições políticas e os fundamentos teológicos da Nova Direita Cristã no Brasil. *Revista Antropológicas*, Recife, v. 32, n. 2, p. 46-75, 2021.

MARIANO, R. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 121-138, 2004.



MARTINS, J. M. L. Neoconservadorismo na América Latina: o ataque aos direitos sexuais e reprodutivos como elemento da erosão democrática. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 37, p. 1-8, 2022.

PAULA, M. de; VITAL, C. (org.). Religião, democracia e a extrema-direita. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll/Instituto de Estudos da Religião – ISER, 2023.

PEIXOTO, A.; SALVADOR, E.; BIANCHETTI, L. O financiamento dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil pós-2016. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 140, p. 23-37, 2023.

SALVADOR, E. Fundo público e o financiamento das políticas sociais no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 140, p. 50-67, 2020.

TRINDADE, H. Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30. 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 2020.